

Estado de Minas Gerais
Prefeitura Municipal de Lambari

Processo: 00028/2016 - Modalidade DISPENSA nº 00009/2016

CONTRATO Nº 00021/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAMBARÍ, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.877.200/0001-20, com Sede Administrativa nesta cidade, na Rua Tiradentes, nº 165 – Centro, Lambari-MG – CEP 37.480-000, pelo Poder Executivo, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. SÉRGIO TEIXEIRA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº MG 6.159.353 SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 437.836.866-87, residente e domiciliado na Rua Antônio Ribeiro Magalhães, nº 112, Pinhão Roxo, Lambari-MG.

CONTRATADA: JOSÉ ROBERTO RIBEIRO, brasileiro, produtora rural, inscrito no CPF sob o nº 035.736.018-47, residente e domiciliado no Sítio Basílio/Martins, Lambari-MG.

EMBASAMENTO: Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, Leis 11.947/2009 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, as partes ficam contratadas mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA MERENDA ESCOLAR, conforme especificações abaixo:

LOTE 1					
Item	Qtde.	UN	Descrição	V. Unitário	V. Total
1	180	KG	MANDIOCA	2,24	403,20

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ANEXOS CONTRATUAIS

Integra o presente contrato os documentos do processo administrativo acima epigrafado como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O prazo para fornecimento do objeto deste contrato será da assinatura do presente contrato até 31/07/2016.

3.2 – Dentro da vigência do item anterior, o objeto será fornecido total ou parcialmente no seu quantitativo contratado e será requisitado conforme as necessidades administrativas, e ainda como exigido nos anexos do edital referente ao processo acima epigrafado.

3.3 – Ao atingir o prazo pactuado no item 3.1 ou esgotar o quantitativo do objeto contratado, salvo se houver

José Roberto



Estado de Minas Gerais
Prefeitura Municipal de Lambari

celebração de termo aditivo, o fornecimento deverá ser encerrado imediatamente, independente de qual seja a primeira ocorrência, prevalecendo sempre o interesse da administração CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – Dá-se ao presente contrato administrativo, o valor de R\$ 403,20 (quatrocentos e três reais e vinte centavos).

4.2 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento e emissão da nota fiscal.

4.3 – Qualquer irregularidade no fornecimento possibilitará ao CONTRATANTE reter o pagamento até o restabelecimento do pactuado, seja na forma, condições, prazo de entrega, especificações e/ou qualidade do objeto contratado, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste instrumento.

4.4 – A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, manter durante a execução contratual a sua regularidade fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – As despesas da contratação do presente processo serão cobertas pela seguinte dotação do orçamento vigente:

Código da Dotação	Reduzido	Descrição
02.04.05.12.122.0188.2.035.3390.30	177	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA MERENDA ESCOLAR

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1 – A CONTRATADA garante fornecer o item ou itens do objeto contratado com qualidade e pontualidade, conforme descrito no edital e seus anexos do processo administrativo que embasa este instrumento, e como consta na proposta ofertada, garantindo ainda ressarcir ao CONTRATANTE possíveis prejuízos financeiros apurados por desconformidade na execução pactuada.

6.2 – A CONTRATADA se responsabiliza por substituir, corrigir ou reparar, item ou itens do objeto contratado conforme o caso, acatando determinação da fiscalização da execução deste instrumento, com presteza e disponibilidade, sem qualquer custo adicional e sem prejuízo do prazo estipulado.

6.3 – A CONTRATADA se obriga a manter durante a execução contratual as condições técnicas de responsabilidade operacionais, produtivas e de licenciamento, às normas da ABNT e de outras concernentes e exigidas ao tipo de objeto contratado, sobre o fornecimento do item ou itens do objeto, conforme consta do processo acima epigrafado, no que couber.

6.4 – A CONTRATADA responde civil e criminalmente por danos e prejuízos devidamente apurados, que da execução ou inexecução do objeto contratado vier a causar, direta ou indiretamente, ao CONTRATANTE ou a terceiros.

José Roberto

[Assinatura]



Estado de Minas Gerais
Prefeitura Municipal de Lambari

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA

7.1 – A fiscalização na execução contratual será exercida por servidor designado pelo CONTRATANTE, com atribuições para aferir o seu fornecimento e quando será exigido o cumprimento integral das condições pactuadas pela CONTRATADA, requisitos para o aceite a recusa ou designação de substituição e/ou correção de item, itens ou de todo o objeto contratado, bem ainda as condições referidas no item 6.3.

7.2 – A não observância do item anterior, seja nas condições e prazo estipulados para substituir ou corrigir a execução pactuada, resultará motivo de rescisão contratual.

7.3 – Este contrato administrativo não poderá ser transferido no todo ou em parte, ou ainda cedido, salvo de interesse público e da Administração, e formalmente autorizado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES E DA RESCISÃO

8.1 – Este contrato poderá ser alterado no interesse público e das partes, através de Termos Aditivos, em conformidade com os artigos 57, 58 e 65, todos da Lei nº 8.666/93, no que couber.

8.2 – A rescisão deste instrumento poderá ser efetivada, caso ocorra quaisquer dos motivos mencionados no art. 78 e será processada conforme dispõe o art. 79, ambos da referida Lei, no que couber.

8.3 – Fica assegurado à CONTRATADA o direito da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO RECONHECIMENTO E PENALIDADES

9.1 – A CONTRATADA declara reconhecer os direitos da Administração CONTRATANTE, em caso de Rescisão Administrativa, como disposto no art. 77, bem como, o descumprimento, devidamente comprovado, total e/ou parcial, de quaisquer das obrigações estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se às partes, as sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e normas que regem a Administração Pública.

9.2 – As obrigações estabelecidas e contratadas, quando não cumpridas, seja total e/ou parcial, como disposto neste instrumento, sujeitam-se à CONTRATADA as sanções previstas na mencionada Lei e outras normas que regem a Administração Pública, além de multas pela seguintes condições e nos percentuais:

9.2.1 – 10% (dez por cento) do valor contratado pela sua inexecução total;

9.2.2 – 5% (cinco por cento) do valor total do contrato pela sua inexecução parcial;

9.2.3 – 10% (dez por cento) do valor da (AF) – autorização de fornecimento, pela sua inexecução ou atraso na entrega da requisição.

9.2.4 – 5% (cinco por cento) do valor da (AF) – autorização de fornecimento quando houver entrega desconforme com a requisição.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS E DO FORO

10.1 – Nos casos omissos e não previstos neste contrato administrativo, serão aplicadas as normas e regulamentações vigentes, que também prevalecerão quando houver conflitos nas suas Cláusulas.

10.2 – As partes elegem o Foro da Comarca de Lambari, para dirimir as questões decorrentes deste instrumento,

Foro Roberto

nt



Estado de Minas Gerais
Prefeitura Municipal de Lambari

com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, ajustados e contratados na melhor forma de direito, as partes por seus representantes legais, assinam o presente contrato administrativo, em duas vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas e identificadas.


Prefeitura Municipal de Lambari, 11 de março de 2016.


CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE LAMBARÍ
SÉRGIO TEIXEIRA - Prefeito Municipal

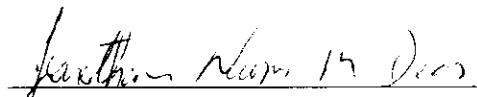

CONTRATADA
JOSÉ ROBERTO RIBEIRO

Visto da Assessoria Jurídica: _____

Testemunhas:



RG 162875907



RG 1644232